

Danação da Norma

Na esteira das denúncias sobre falcátruas ocorridas no Senado, levadas a público pelo senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), surge a idéia de editar-se um código de ética que pautе, daqui por diante, a atuação dos senadores. Os que não se comportam como deveriam, contariam com uma espécie de guia prático mostrando o que podem fazer e o que lhes é eticamente condenável.

Não chega a espantar esta fórmula mágica inventada para pôr fim a irregularidades e produzir senadores mais conscienciosos e patriotas. Num país da bacharéis como o nosso, a norma escrita é tradicionalmente supervalorizada, na vã ilusão de que constitui remédio para tudo. Se alguma coisa vai mal, cria-se uma nova lei e pronto, acaba-se com o problema.

O Brasil, que tem uma das constituições mais extensas do mundo, descendo a detalhes que, pelo bom senso, deveriam ficar por conta da legislação comum, possui também um dos maiores acervos de leis do planeta. Conforme recente pesquisa do Congresso, publicaram-se, da proclamação da República até hoje, nada menos que 150 mil leis — entre as que *pegaram* e as que *não pegaram* —, sendo que bastam 1.500 leis enxutas, conforme a conta de juristas renomados, para que os cidadãos se entendam e um país civilizado mantenha suas instituições funcionando harmonicamente.

O importante, como já foi dito e redito, não é o número de leis — mas se elas são ou não respeitadas. Se o Brasil bate recorde em matéria de produção de leis, é também o país onde elas menos contam. A lei não é resultado de um exercício cerebral, descolado da realidade ambiente. Pelo contrário, é produto de uma relação de causalidade, que se ancora no senso comum. Numa nação que tenha padrões de comportamento consolidados — caso da Inglaterra — não há nem necessidade da norma escrita. É o direito consuetudinário, isto é, os preceitos retirados aos costumes, que têm força de lei.

No Brasil, em matéria legal, vive-se uma situação que beira a pura esquizofrenia. Os códigos dizem uma coisa, mas a realidade diz outra. Os brasileiros têm assistido, nos últimos anos, a um processo contínuo de transgressões a todos

os códigos de conduta que atingiu seu clímax, certamente, nos momentos que antecederam o *impeachment* do ex-presidente Collor. É como se o errado passasse a ser o certo; e o certo, o errado.

Causa especial estranheza, aos que ainda têm apreço pelos textos legais, que esse tipo de perversão seja praticado por pessoas que são pagas pela nação justamente para fazer as leis. Ou então que os legisladores ajam com leniência, ou façam vista grossa, quando lhes convém, em relação aos que inflingem às suas barbas padrões éticos e morais que precisavam ser observados a todo custo, principalmente por homens públicos.

As denúncias de irregularidades ocorridas na gestão do senador Mauro Benevides (PMBB-CE) como presidente do Senado — e que teriam dado um prejuízo de mais de Cr\$ 2 bilhões por mês à Casa —, precisam ser apuradas. O atual presidente, senador Humberto Lucena (PMBB-PB) é o maior interessado em pôr as coisas a limpo. Mas, a despeito das boas intenções, propor um novo código de ética que venha a pautar, daqui por diante, o comportamento dos senadores, chega a ser, antes de um antídoto, uma demonstração cabal de bom humor. Antes, é preciso transformar radicalmente a estrutura burocrática da Casa. São os procedimentos anacrônicos e o excesso de carimbos que dão margem a irregularidades como as que se estão denunciando.

É evidente que tudo o que está contido no projeto do código — “exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública”, entre outras prescrições — devia ser condição prévia para qualquer candidato que aspirasse a um cargo tão respeitoso quanto o de senador. Não se obriga ninguém a ser probo — esta é condição *sine qua non* para quem queira ingressar na vida pública.

Um código de ética que não se respalde em exemplos objetivos, que se reflitam na população e contribuam para que os brasileiros mudem seus hábitos para melhor, está condenado a virar letra morta. Os políticos não precisam de mais códigos que os que já existem e não são respeitados. Precisam apenas restaurar padrões éticos hoje em desuso e demonstrar aos eleitores, pelo próprio comportamento, sua determinação em acatá-los.